

DOUTORAMENTO EM DIREITO E SEGURANÇA

DS110 – SEGURANÇA DO ESTADO E SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES (SESI)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor José Fontes

Ano letivo: 2019/2020

Curso: 3.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 10

Horas de contacto: 30

Contacto do docente: jbg@fd.unl.pt

2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

A presente unidade curricular tem por objetivo permitir aos estudantes conhecer a produção de informações, na sua lógica e na sua função de dimensão da segurança nacional.

Por outro lado, igualmente se pretende conhecer os fundamentos jurídicos da produção de informações em Portugal, não só da perspetiva dos limites que a mesma implica aos direitos dos cidadãos como igualmente quanto ao seu quadro institucional.

3 – PROGRAMA

- 1. Estado Constitucional e Segurança do Estado**
 - 1.1. Estado Constitucional e Segurança Nacional
 - 1.2. Segurança do Estado e função administrativa

- 1.3. Atividade de produção de informações e Administração Pública
- 1.4. O défice constitucional regulatório da produção de informações na Constituição Portuguesa (CRP)
- 1.5. A reserva absoluta de competência legislativa quanto ao “regime do sistema de informações”
- 1.6. O modelo constitucional de organização dos serviços de informações: monismo ou dualismo?
- 1.7. A limitação das escutas telefónicas ao processo criminal
- 1.8. A restrição de direitos dos agentes de informações e o art. 270º da CRP
- 1.9. O princípio da transparência e a exceção do segredo nos atos regulamentares internos dos serviços de informações
- 1.10. O problema do acesso aos metadados

2. Teoria da Produção das Informações

- 2.1. Conceito de informações
- 2.2. Modalidades de informações: estratégicas, táticas, policiais, operacionais
- 2.3. As fontes das informações: modalidades

3. Informações em perspetiva histórico-comparada

- 3.1. Evolução histórico-política
- 3.2. Alguns modelos comparados de produção de informações em Estado de Direito

4. A organização do Sistema de Informações da República Portuguesa

- 4.1. Natureza
- 4.2. Estrutura
- 4.3. Secretário-Geral
- 4.4. SIED
- 4.5. SIS
- 4.6. CISMIL

5. O controlo da atividade de informações

- 5.1. Serviços de informações e Estado de Direito
- 5.2. O controlo da atividade da produção de informações
- 5.3. O controlo interno administrativo
- 5.4. O controlo externo judicial
- 5.5. O controlo externo não judicial
- 5.6. A Comissão de Fiscalização de Dados
- 5.7. O Conselho de Fiscalização do SIRP

5.8. O controlo social

6. O segredo de Estado

- 6.1. Estado de Direito e Administração Aberta
- 6.2. Sentido e amplitude da Administração Aberta
- 6.3. Os vários segredos
- 6.4. O segredo de Estado em especial
- 6.5. Objeto e âmbito do segredo de Estado
- 6.6. Procedimento de classificação do segredo de Estado
- 6.7. Fiscalização do segredo de Estado
- 6.8. Contencioso do segredo de Estado

7. Segurança da Informação Sensível e Classificada

- 7.1. Conceito e modalidades
- 7.2. Autoridade Nacional de Segurança

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A apresentação oral de um trabalho, num tema inscrito no programa da disciplina e previamente aprovado pelo regente, trabalho que depois será entregue como relatório escrito, no calendário estabelecido. Igualmente será avaliada a participação dos estudantes na discussão dos trabalhos dos colegas e na interação com o professor no decurso das aulas.

5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2016
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, I, Almedina, Coimbra, 2007
- AAVV, *Informações e Segurança – estudos em honra do General Pedro Cardoso*, Lisboa, 2003
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Adriano Moreira, *Informações e Segurança*, Prefácio, Lisboa, 2004
- Anthony Cavendish, *Inside Intelligence*, Collins, Londres, 1990

- Arménio Marques Ferreira, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in AAVV, Estudos de Direito e Segurança, Almedina, I, Coimbra, 2007, pp. 67 e ss.
- Carlos Feijó, *A produção de Informações de Segurança no Estado Democrático de Direito*, Principia, Cascais, 2003
- Christina Eckes, *EU Counter-Terrorist Policies and Fundamental Rights: The Case of Individual Sanctions*, Oxford University Press (2009)
- Donohue, Laura, *The cost of counterterrorism*, Cambridge University Press (2008)
- E. Barner, *História dos Serviços Secretos*, Europa-América, Lisboa, 1975
- Henry Becket, *The Dictionary of Espionage*, Stein and Day, 1986
- Isaac Ben-Israël, *Philosophie du Renseignement: Logique et Morale de l'Espionage*, L'Éclat, Paris, 2004
- Jackson, Peter e Siegel, Jennifer (2005). *Intelligence and Statecraft: The Use and Limits of Intelligence in International Society*. Westport, Connecticut, Praeger
- JOHNSON, Loch K. (ed) (2007). *Handbook of Intelligence Studies*, New York, Routledge.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Serviços de Informações de Portugal: organização e fiscalização*, in *Revista de Direito e Segurança*, ano I, nº 1, janeiro-junho de 2013; *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- Pedro Cardoso, *As informações em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, 2004
- Pedro Simões, *Os serviços secretos em Portugal*, Lisboa, 2002
- Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 67 III, dezembro de 2007, pp. 1251 e ss.

6 – LEGISLAÇÃO

- CRP
- Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei do Segredo de Estado
- Lei da Entidade de Fiscalização do Segredo de Estado

7 – JURISPRUDÊNCIA

A indicar nas aulas